

NOTA CETAD/COEST Nº 139/2013

Brasília, 20 de dezembro de 2013.

Interessado: Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Assunto: Minuta de MP que trata de Fundos Fiscais de Investimentos (FINOR/FINAM), de Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação e de tributação de álcool.

e-Processo: 10030.000053/1213-21

A presente Nota Técnica analisa os impactos fiscais do Projeto de Medida Provisória que efetua as seguintes alterações na legislação tributária federal:

- a) prorroga o prazo para destinação de recursos aos Fundos Fiscais de Investimentos (FINOR/FINAM);
- b) eleva as alíquotas de Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação; e
- c) reduz a zero as alíquotas dessas contribuições incidentes na importação de álcool.

Fundos de Investimentos (FINOR/FINAM)

2. Relativamente à prorrogação do prazo para destinação de recursos para os Fundos FINOR e FINAM, cabe informar que esta matéria já foi tratada na Nota Cetad/Copan nº 132/2013, de 10 de dezembro de 2013, na qual foram estimadas as seguintes renúncias:

Fundos Fiscais FINOR/FINAM
Prorrogação do Prazo para 2018

Fundo Fiscal	Renúncia		
	2014	2015	2016
FINOR	239,35	262,55	288,00
FINAM	36,06	39,56	43,39
TOTAL	275,41	302,11	331,39

PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação

3. A elevação das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, de 9,25% para 11,75%, irá gerar dois impactos na arrecadação, a saber:

- a. Ganhos de arrecadação permanentes, que ocorrem no caso das importações efetuadas:

- i. por empresas optantes pelo Lucro Presumido, que apuram essas contribuições no regime cumulativo;
 - ii. por empresas optantes pelo Simples, que recolhem essas contribuições juntamente com outros tributos, como percentual do faturamento;
 - b. Ganho de arrecadação temporário decorrente do fluxo de recolhimento dos tributos¹, no caso de empresas que apuram o imposto de renda com base no lucro real, pois o valor das contribuições recolhido na importação gera crédito para abater das contribuições incidentes nas vendas, visto que estão sujeitas à incidência não-cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.
 - c. Em decorrência do prazo nonagesimal, o ganho de arrecadação sobre as empresas sujeitas ao lucro presumido e ao Simples Nacional se restringiu a 9 meses durante o ano de 2014.
4. Consideradas as observações constantes do item 3, apurou-se os seguintes ganhos de arrecadação:

PIS/Pasep e Cofins Importação
Elevação da Alíquota de 9,25% para 11,75%

R\$ milhões

Apuração do IRPJ	Ganho de Arrecadação		
	2014	2015	2016
Lucro Real	1.125,83	0,00	0,00
Lucro Presumido	435,68	640,43	706,06
Simples	13,68	20,10	22,16
Total	1.575,18	660,54	728,23

PIS/Pasep e Cofins na Importação de Alcool

5. A redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação nas importações de álcool também irá gerar dois impactos na arrecadação, a saber:
- a) renúncias fiscais permanentes, que ocorrem no caso das importações efetuadas:
 - i. por empresas optantes pelo Lucro Presumido, que apuram essas contribuições no regime cumulativo;
 - ii. por empresas optantes pelo Simples, que recolhem essas contribuições juntamente com outros tributos, como percentual do faturamento;

¹ Para efeito de cálculo foi considerado que o ganho ocorre nas importações efetuadas em dezembro, hipótese em que a arrecadação a maior na importação somente geraria créditos para as vendas efetuadas no ano seguinte.

- b) renúncia fiscal temporária decorrente do fluxo de recolhimento dos tributos², no caso de empresas que apuram o imposto de renda com base no lucro real, pois o não recolhimento das contribuições na importação elimina o direito à tomada de créditos para descontar da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes nas vendas.

6. Consideradas as observações constantes do item 5, apurou-se as seguintes renúncias fiscais:

Importação de Alcool
Redução a zero das Alíquotas de PIS/Cofins

R\$ milhões

Apuração do IRPJ	Renúncia Fiscal		
	2014	2015	2016
Lucro Real	11,93	-	-
Lucro Presumido	1,91	2,11	2,32
Simples	0,02	0,03	0,03
Total	13,86	2,13	2,35

Compensação das Renúncias Fiscais

7. Em observância ao art. 3º da Portaria MF nº 453, de 8 de agosto de 2013, informamos que:

- a) para o ano de 2014, as renúncias previstas nos itens 2 e 6 desta Nota Cetad poderão ser compensadas com o ganho de arrecadação decorrente da elevação das alíquotas de Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação nas importações efetuadas pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real (item 4 desta Nota), conforme tabela abaixo:

Compensação de Renúncias Fiscais
(LC nº 101/2000, art. 14, inciso II)

R\$ milhões

Dispositivos Legais	Compensação
Elevação de PIS/Cofins-Importação (item 4)	1.125,83
Prorrogação FINOR/FINAM (item 2)	-275,41
Importação de álcool (item 6)	-13,86
Saldo	836,55

Ganhos/Renúncias de 2014

² Para efeito de cálculo foi considerado que a renúncia ocorre nas importações efetuadas em dezembro, hipótese em que a ausência de arrecadação somente deixaria de gerar créditos para as vendas efetuadas no ano seguinte.

- b) para os anos de 2015 e 2016, as renúncias poderão ser consideradas nos Projetos de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

São estas as considerações submetidas à apreciação superior.

José Geraldo Ferraz Gangana

AFRFB

(Assinado e Datado Eletronicamente)

Aprovo. Encaminhe-se ao Chefe do Cetad.

Roberto Name Ribeiro

Coordenador da Coest

(Assinado e Datado Eletronicamente)

Aprovo o conteúdo da presente nota técnica. Encaminhe-se ao Gabinete da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Othoniel Lucas de Sousa Júnior

Chefe do Cetad

(Assinado e Datado Eletronicamente)